

Bloco Plural, fator de viragem!

15 anos depois da fundação do Bloco de Esquerda, os desafios são enormes. O partido/movimento está enredado num ciclo de derrotas eleitorais com o qual ainda não conseguiu romper, tendo perdido um significativo capital de confiança que foi construindo ao longo de anos.

Urge regressar às origens e recuperar a identidade do BE num novo contexto político. É preciso recuperar a combatividade, a irreverência, a credibilidade e a criatividade. Dissemos desde o início que a afirmação do BE era indispensável para transformar a esquerda. Esse horizonte socialista continua à nossa frente.

Atualmente, a ofensiva austeritária tem no governo um fiel executor e no ataque aos direitos e à Constituição os seus principais alvos. É nessa luta que juntaremos forças e construiremos uma alternativa de progresso, só materializável com um BE forte, exigente e de confiança.

1- Globalização: o mundo para a especulação

1.1- Crises do capitalismo: não é defeito, é feito

O crash financeiro de 2007/2008 mostrou a primeira crise global. Em pouco tempo, a falência de um banco levou à queda de muitos outros; o crash financeiro nos EUA teve repercussões à escala mundial e réplicas fortes na Europa.

À crise da finança seguiu-se a económica e orçamental. No mundo da globalização, o capital não conhece fronteiras e tudo lhe foi facilitado. As décadas de desregulação dos mercados financeiros foram sintetizadas naqueles momentos: a economia de casino era um castelo de cartas.

1.2- Rapidamente e em força: socializar os prejuízos, salvar os bancos

Face à ruína eminente, o BCE e os Estados salvaram os bancos com dinheiro público. Entre 2008 e 2011 os Estados transferiram 1,6 biliões de euros para resgates bancários.

Os Estados endividaram-se e esgotaram verbas dos seus Orçamentos que deveriam ter sido utilizadas em políticas sociais e de desenvolvimento. Transformaram-se os prejuízos da finança em dívidas dos Estados e as responsabilidades de banqueiros, acionistas e especuladores em responsabilidades dos cidadãos. A crise não era dos povos, mas foi a estes que passaram a fatura.

O ataque às dívidas soberanas começou ainda durante os planos de salvamento dos bancos. A solidariedade europeia passou a austeridade. Dos PECs ao memorando da troika, condenaram os povos para salvar os bancos do centro da Europa e garantir que os seus balanços não fossem afetados por quaisquer incumprimentos da periferia. A soberania dos governos nacionais transformou-se em submissão.

1.3- O império não desarma

A disputa mundial continua a ter como base a defesa dos mercados, em especial dos mercados financeiros, a importância dos recursos naturais, originando a geoestratégia

de domínio. O conceito estratégico da NATO é o novo modelo para a velha dominação. Nas mãos do império, os povos são sempre saqueados e utilizados como peças de xadrez num jogo de morte. O império tem sido o rastilho de extremismos e da criação de novas tensões.

Na Líbia, dizimada pela intervenção “humanitária” da NATO, temos um país desmembrado. O Iraque está novamente mergulhado na guerra, com o emergir do ISIS (o “Estado Islâmico”) e da sua política de terror.

A resposta ao ISIS não pode ser uma nova promoção dos EUA enquanto polícia do mundo. Rejeitaremos qualquer intervenção internacional fora do quadro da ONU e sem a cooperação dos países vizinhos. E não nos calaremos perante o genocídio que acontece em Gaza, perpetrado por Israel e com o silêncio cúmplice de UE e EUA.

As fronteiras europeias estão também a ser alvo de disputa pelo império. Na Ucrânia, o choque entre o imperialismo americano e seus aliados da UE, e os interesses nacionalistas dos oligarcas russos colocou o país em guerra civil. A escolha não pode ser entre opressores, mas sim pela liberdade e pela soberania do povo ucraniano.

2- A Europa na era da austeridade

2.1- O saudosismo europeu

O processo de integração mundial levou a uma mudança da centralidade política do Atlântico para o Pacífico. O alinhamento da China com os EUA foi decisivo para superar a fase de queda vertiginosa da crise financeira, deixando claro o equívoco daqueles que lá veem um farol da construção do socialismo.

A perda de importância económica e política da Europa é uma das faces da crise existente, a outra é a dos programas de austeridade que levam a economia europeia à estagnação. A elite europeia quer aumentar a exploração para o regresso a um tempo que não existe. Os choques dos interesses nacionais e europeus estão a atingir novas proporções e a liderança alemã torna insustentável esta realidade.

Rejeitou-se a solidariedade, pregando a austeridade. As desigualdades entre os países do centro e os da periferia agravaram-se brutalmente. As pessoas pagam estas escolhas com as suas vidas, como prova o aumento brutal da pobreza.

2.2- A fuga em frente de Merkel: para os braços do império

O Tratado Transatlântico é a fuga em frente europeia, procurando criar um enorme mercado entre os dois lados do Atlântico. Este tratado procura a desregulação em setores fundamentais, desde o financeiro ao da produção alimentar, derrubando normas ambientais e de saúde pública.

É o caminho da submissão dos países aos interesses das multinacionais, dos tribunais internacionais de arbitragem que pairam sobre a soberania e as escolhas populares, e uma ofensiva contra os povos europeus e os direitos laborais, sociais e ambientais conquistados durante décadas. A sua derrota é um objetivo fundamental da esquerda europeia.

Mais uma vez é o exemplo das negociações nas costas dos povos: a cidadania não é convidada para a construção europeia porque as elites sabem que os povos não aceitariam a reversão de conquistas civilizacionais.

2.3- O cartão vermelho à chantagem europeia

As últimas eleições europeias mostraram a rejeição deste projeto europeu. A Europa da finança não tem o aval popular. A desobediência à UE assumiu, primeiramente, a rejeição de participação nas eleições europeias. Depois, o apoio a programas políticos nacionalistas e antieuropeus. A ascensão da extrema-direita é uma marca deste novo tempo, com os seus programas de exclusão social e xenofobia.

Onde a esquerda foi forte e criou pólos de resistência, foi possível juntar forças e capitalizar o descontentamento contra a Europa da finança, sem escorregar para o nacionalismo, casos da Grécia e Espanha.

O BE teve uma boa candidatura às eleições europeias, que foi possível porque se consensualizou num processo participado e democrático. Apesar do resultado eleitoral estar longe do desejado, o BE juntou forças e os seus aderentes envolveram-se na campanha eleitoral. Isso deve ser valorizado.

2.4- Austeritarismo: *business as usual*, mas em tons de cinza velho

No período da troika o Programa de Governo passou a ser ditado por Frankfurt, Bruxelas e Washington. Agora, o pós-memorando é a manutenção de uma governação telecomandada pelos mesmos, avaliada a cada semestre, e a austeridade é mantida com o Tratado Orçamental.

A escolha conservadora é clara: ou a Constituição ou o T.O.. E, anunciam: sem este não haverá permanência na zona euro.

O BE rejeita o T.O. e exige que Portugal dele se desvincule. Para isso, o referendo é essencial, garantindo a força social necessária para romper com a austeridade e com as restrições europeias. A desobediência à Europa só é possível com um movimento popular de grande afirmação.

2.5- A saída do euro não é uma prioridade, lá estar não é um dogma

O euro não pode ser um calvário para os povos e não aceitaremos a imposição de austeridade em nome da permanência na zona euro.

A expulsão de um país da Zona Euro pode até ser uma intenção de parte dos principais governos da UE, contudo têm muito a perder se a Z.E. se começar a desagregar. Assim, a força negocial de qualquer Estado da zona euro é real, devendo ser usada para rejeitar as políticas de austeridade.

Mesmo a ideia de um congelamento dos movimentos de capitais, possível ação europeia para penalizar um país que desobedeça, apresenta-se com um efeito boomerang que poderá rebentar nos próprios mercados.

A força desta posição é a de não colocar o centro do problema no euro, mas sim na falta de “euros” no bolso das pessoas, isto é, nas políticas de exploração. Até porque a austeridade também é aplicada em países com moeda própria, como a Inglaterra. É

no alargamento da base social de contestação à austeridade que construímos a alternativa.

3- Portugal: um país na encruzilhada

3.1- Não há duas sem três: a cada orçamento, um ataque à Constituição

O BE percebeu que a austeridade não era constitucional. Logo na discussão do OE para 2012, onde o governo propôs pela primeira vez cortar salários, o BE juntou forças para exigir a pronúncia do Tribunal Constitucional. A vitória foi clara: o TC declarou ilegais os cortes, ainda que os tenha permitido em 2012.

No ano seguinte, o Presidente da República foi obrigado a fazer um pedido de fiscalização sucessiva do OE 2013. PS e PCP, que não quiseram participar inicialmente, renderam-se à evidência: a Constituição estava sob ataque e a linha de defesa foi traçada no TC. O legado da luta do pós-25 de Abril é a garantia dos direitos no séc. XXI.

O centro do ataque da burguesia é à Constituição. A revisão constitucional é o ponto seguinte do plano da elite portuguesa. O BE deve esforçar-se para tornar central a luta contra essa revisão constitucional e pela defesa dos direitos, alargando a força e as convergências nessa luta.

As manifestações Que Se Lixe a Troika provaram como é possível mobilizar milhões para a luta. Com essa aprendizagem e respeito, o BE deve acompanhar os movimentos sociais, cimentando a mobilização e a participação, juntando forças e criando uma maioria social em defesa dos direitos constitucionais.

3.2- Austeridade e dívida pública: crónica de um aumento anunciado

A entrada da troika ocorreu quando a dívida pública rondava os 94% do PIB. Três anos depois, supera os 134% do PIB.

A dívida pública é um negócio e uma arma de dominação. A saída é a reestruturação da dívida, só possível com a nacionalização da banca, garantindo a continuidade de funcionamento da economia, e a recalendarização dos pagamentos e consequente corte no stock e abatimento de juros.

A reestruturação da dívida é uma condição da libertação do país e não pode estar dependente das chantagens sobre o isolacionismo económico, da ameaça de saída do euro ou de um novo resgate. Esses são os argumentos da finança, para que os seus interesses não sejam beliscados.

O défice e a dívida serviram também como pressão sobre o poder local: extinção das freguesias, criação da lei dos compromissos, PAEL, FAM. O BE rejeita esta desvalorização do poder local.

3.3- O saque dos anéis

A devastação da economia levou à destruição de 440 000 postos de trabalho desde 2011, ao recuo do PIB a valores de 2000 e à emigração massiva de 330 pessoas por dia.

Este processo agudizou a desindustrialização do país. O tecido produtivo, já frágil, foi debilitado perdendo competências estratégicas. Impossibilitado de produzir, o

país está refém de outros e menos sustentável. Para amparar a finança, o Estado tem sido devorado nas privatizações e a economia real sacrificada e parasitada por rendas garantidas para a oligarquia financeira.

O BE apresenta e reforça propostas para a regeneração da economia e dos setores produtivos, garantindo um desenvolvimento sustentável apontado ao pleno emprego com direitos, acabando com as rendas parasitárias e com o drama da emigração de milhares de jovens. Esta nova orientação da economia garantirá a valorização das competências técnicas e o conhecimento e experiência adquiridos, bem como as qualificações educativas e profissionais dos jovens e a sua manutenção no país.

3.4- Interioricídio: um problema central

Os vários governos promoveram uma política concertada de desqualificação do interior e diminuição dos serviços públicos destas regiões: encerramento de fecho de tribunais, escolas, serviços de saúde, correios, caminhos-de-ferro e introdução de portagens.

Lutaremos por uma política de desenvolvimento que valorize o interior do país, repondo os transportes e serviços e públicos encerrados e garantindo a sua qualidade, mantendo os centros de conhecimento com o financiamento adequado, garantindo investimento público para a criação de emprego e promoção da agricultura.

O centralismo é uma doença do regime e tem no ataque ao interior o seu sintoma. A regionalização é uma exigência para romper esta camisa-de-forças e garantir mais Democracia, mais participação e escolhas mais próximas das pessoas.

3.5- Aprofundar as Autonomias Regionais

A austeridade atacou as autonomias regionais: alteração da Lei de Fin. Regionais, a tentativa de subtrair ao SNS os Serv. Reg. de Saúde, o fecho de serviços públicos da responsabilidade da República, a situação residual do serviço público de Rádio e Televisão.

Em breve a área marítima de soberania portuguesa será de 4 milhões de Km² com a extensão da Plataforma Continental. Mas, o que acontece pela existência das Regiões Autónomas, será delas alienado com as intenções de privatização do mar. Rejeitamos esse abuso e defendemos a participação ativa das Regiões Autónomas garantindo o respeito pela sua sustentabilidade ambiental, social e económica.

Contra o centralismo, defendemos o respeito pela autonomia na sua plenitude, a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2012 e a manutenção do conceito de Ultra-Periferias.

As eleições regionais serão fundamentais. Na luta pelo regresso ao parlamento madeirense e pelo aumento da representação no parlamento açoriano, afirmaremos a alternativa de esquerda em defesa das pessoas e no respeito pela autonomia regional.

3.6- BES - Os bancos espirram e as contas públicas engripam

A finança domina o país e utiliza o Estado como bombeiro quando o casino financeiro está em chamas. Todos os grandes bancos privados nacionais tiveram auxílio público: BPN, BPP, BCP, Banif, BPI e BES.

O descalabro do BES e a queda do “Dono Disto Tudo” Ricardo Salgado é um bom exemplo do gangsterismo financeiro e da sua promiscuidade junto do poder político. O pântano da finança mostra como é necessário retirar o controlo dos bancos das mãos dos banqueiros, proteger as pessoas das aplicações e produtos com risco impingidos indiscriminadamente e romper com a ideia que a regulação é a panaceia que resolve os problemas dos mercados. Precisamos de uma banca ao serviço da economia e do emprego e isso só é possível com o controlo público dos bancos.

3.7- Submarinos, PPP's, e eu sem nada ao fim do mês!

O ataque começou pela administração pública e logo a seguir aplicado aos trabalhadores do setor privado. A redução do valor do trabalho, o ataque à contratação coletiva, a precarização, a eternização dos contratos a termo ou a facilitação dos despedimentos é um sonho antigo do capital e procura a mercantilização das relações laborais. Com a taxa de desemprego acima dos 10% durante a próxima década, cria-se um desemprego estrutural insustentável e a pressão permanente para redução de direitos.

A organização dos trabalhadores terá de se ajustar a esta nova realidade para a qual o BE tem de contribuir. É preciso vencer a ditadura que existe nas empresas, a perseguição aos sindicalistas e o medo sobre os trabalhadores.

Enfrentar a ditadura patronal e a subserviência da UGT implica uma nova agenda laboral centrada no valor do trabalho e na democracia:

- Reforma laboral pelo emprego, combate à precariedade e uma remuneração mais justa:
 - fim da desigualdade salarial de entre homens e mulheres;
 - horário de trabalho de 35h/semana;
 - fim do banco de horas;
 - valorizar o trabalho suplementar e limitar a duração;
 - efetividade após um ano de contrato;
 - proibir a subcontratação para postos de trabalho permanentes;
 - revogação do Código de Trabalho, principalmente em matérias de despedimentos individuais e coletivos.
- Lutar por uma maior participação dos trabalhadores na definição de políticas laborais:
 - acordos laborais votados obrigatoriamente por todos os trabalhadores;

- quota de representantes sindicais, por inerência, nas equipas da inspeção laboral;

É na escala europeia que os trabalhadores também devem pensar e se organizar. A criação de uma resposta sindical europeia é uma urgência.

3.8- O estado crítico do Estado Social

Ao colocar em causa o SNS, a Escola Pública e a Segurança Social, o governo coloca em causa a própria Constituição.

Ao abrir a escola pública a privados, reduzir a qualidade do ensino atirando alunos para mega-agrupamentos e turmas sobrelotadas, encerrar escolas e despedir professores, é a Escola Pública que está em causa. Ao fechar hospitais, arrastar as listas de espera por consultas, agonizar doentes com horas à espera nas urgências, desmotivar profissionais de saúde, descontinuar valências, é o SNS que fica em risco. Ao perdoar impostos aos grandes grupos económicos, promover a precariedade, manter um desemprego brutalmente elevado, empobrecer o país e privatizar o sistema de pensões, é a subsistência da Segurança Social que é atacada. Ao cortar pensões e reduzir rendimentos de quem descontou uma vida inteira é o contrato de confiança com estas pessoas que é rasgado.

O BE levantará energicamente as bandeiras de defesa do Estado Social, de uma verdadeira Solidariedade Social, da Escola Pública de excelência e de um SNS que garanta serviços de saúde de qualidade para todos. Será dada atenção à organização e mobilização dos aderentes para isso. O Estado Social é a garantia de uma vida digna e de uma sociedade solidária, com vocação redistributiva.

3.9- Quando o conservadorismo nos bate à porta

A agenda conservadora de uma vida “dentro das possibilidades” está a ser imposta na Europa. Marca o ritmo com um programa claro de empobrecimento, a criação de um Estado assistencialista e o preconceito social. O “pobrezinhos, mas honrados” retira dignidade às pessoas e atenta contra os seus direitos mais básicos.

A outra face da agenda conservadora é o ataque aos direitos e às liberdades. As manifestações contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo em França, a criminalização da pobreza na Hungria, a perseguição a imigrantes, a tentativa de referendar a adoção e coadoção por casais do mesmo sexo ou o adiamento da lei sobre a maternidade de substituição em Portugal são disso exemplo.

A extrema-direita não tem o monopólio da perseguição xenófoba, assumida por governos conservadores e social-liberais, como o de Hollande. Exigimos a revogação da Diretiva Europeia do Retorno e a regularização dos mais 5 milhões de imigrantes indocumentados, sujeitos à mais feroz exploração. A proliferação do trabalho forçado, do tráfico humano e da escravatura em pleno século XXI é um novo paradigma de “vale tudo” para obter o lucro máximo que o Bloco combate, em nome dos direitos e da dignidade humana.

O BE luta pelo fim de todas as formas de discriminação e de violência de género. A proibição da adoção por casais do mesmo sexo deve ser revertida. Não deixaremos que ninguém seja afastado da parentalidade pelo preconceito de outros. Não aceitamos o crescimento dos homicídios, violações e agressões com a marca de crimes de género.

A igualdade e o respeito pelos direitos das mulheres é urgente, combatendo pela garantia do direito à maternidade livre de pressões patronais. Vendo os lugares de topo das organizações vemos o que também falta percorrer para se vencer a discriminação de género. Essa é uma prioridade para o BE.

Por outro lado, a pressão ideológica do conservadorismo não nos impedirá de insistir numa agenda anti-racista, anti-homofóbica, anti-machista e anti-conservadora, e em políticas progressistas sobre consumo de drogas leves ou das condições de dignidade do final da vida humana, o que em condições verificadas pode levar à legalização da eutanásia.

3.10- Contra o mofo do sistema, pelo ar limpo de uma democracia plena

O nó institucional foi completamente visível na crise do verão de 2013, onde face à eminente queda do governo, Cavaco colou os cacos e pôs o PS na fotografia de família.

O diagnóstico é o do pântano do sistema dos negócios entre público e privado, do Estado refém dos grandes interesses económicos, do governo sem palavra, do sistema sem compromisso com os cidadãos.

Temos de romper esta barreira com uma crítica radical ao sistema instalado. É essencial valorizar e envolver a cidadania na construção das nossas propostas e programas, resgatando a cidadania. Mas, também, ter um papel ativo na requalificação da democracia, combatendo a corrupção e propondo poderes efetivos de participação e fiscalização aos cidadãos.

O BE rejeita a redução do número de deputados e a criação de círculos uninominais. É um ataque à democracia, ao pluralismo democrático, à participação e à paridade de género. Rejeitamos maiorias de secretaria.

O BE provará que “não são todos iguais”, apresentando um programa de choque com a “política instalada”, assegurando o protagonismo popular e cidadão. Proporá:

- Redução em metade da despesa pública com campanhas eleitorais e partidos;
- Exclusividade de funções dos deputados da AR, do PE e das ALR;
- Reforço da cidadania:
 - Garantia da iniciativa legislativa ou de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade por cidadãos pelo mesmo n.º de eleitores necessários para constituir um partido, 7500;
 - Introdução do “Recall Election”, permitindo a revogação de mandato representativo por voto popular;
 - Possibilitar listas de cidadãos para AR, PE e ALR.
- Respeito pela paridade de género 50/50 para todas as listas, partidárias ou de cidadãos;
- Alargamento do sufrágio aos imigrantes e a maiores de 16 anos;

- Extensão do regime de limitação de mandatos;

4- Outra vez Bloco

4.1- Recuperar o Bloco, resgatar a confiança

O BE perdeu parte da confiança popular que tinha. As últimas presidenciais foram o início desse processo. Percebe-se que foi indevido o apoio a Manuel Alegre. Quando ele apoiou o OE 2011 colocou o BE indiretamente a apoiar Sócrates. A moção de censura a brincar, em que se pediu à direita para que não derrubasse o governo, foi o segundo momento que levou à perda da confiança.

A linha política incoerente e errática afastou muitas pessoas do BE. Muitos que votaram em nós porque dávamos combate às injustiças e à austeridade, não voltaram a votar. E ainda não conseguimos ganhar a confiança perdida.

A direção foi titubeante em matérias fundamentais que tinham sido o eixo da discussão na Convenção. Sobre o “Governo de Esquerda” o BE bateu a todas as portas, incluindo a do PS, “sem condições”, depois deste ter assinado o T.O.. Sobre o Euro a percepção popular é a de que o BE deu o dito pelo não dito.

A promessa inicial do BE foi a de “nada esperar do PS e não ficar à espera do PCP”. A transformação passava pelo BE e dava-lhe a identidade mobilizadora de quem quer juntar forças para vencer o centrão e mudar o panorama político. Essa é a identidade que temos de recuperar!

4.2- Confusão ou desnorte: a política de alianças é o que move a estratégia?

O BE tem que voltar a ter um programa e um caminho próprio. Começar a discussão com a pergunta ‘Com quem fazemos alianças?’ é abdicar da nossa identidade. Discutir apenas alianças é a escolha de quem já não acredita neste movimento.

O BE deve ter um projeto apontado ao socialismo e inconformado com o rotativismo e a alternância sem alternativa. Mais do que discutirmos alianças temos que discutir linha política para juntar forças.

A nossa política de alianças não pode ser na base da soma de partidos, mas sim no desafio à cidadania e aos que já deixaram de acreditar na política. Só rompendo com os taticismos do jogo partidário conseguiremos recuperar a confiança.

4.3- O sistema partidário realmente existente

A ideia de que existirá um bloco central após as próximas eleições legislativas é um voluntarismo de análise e o abraço do urso sobre a esquerda. Culpa a esquerda pelas escolhas do PS e retira força à vontade transformadora à esquerda.

O PS escolheu livremente o caminho do T.O., da mesma forma que no passado escolheu os PECs e os pacotes de privatizações. O movimento 3D ou o Livre apresentam, no entanto, como projeto a governabilidade com o PS a liderar.

Não obstante o apoio popular ao PS por parte de alguns setores da esquerda com quem devemos dialogar, é errado desejar que o BE possa adornar um governo à *la Hollande*.

A disponibilidade unitária do PCP é de registar, apesar de se esgotar na CDU. Além disso, há diferenças relevantes entre o BE e o PCP na política e na ideologia. No relacionamento com os movimentos sociais e com as esquerdas, o BE assume a vontade de convergir e aprofundar laços, sem dirigismos ou correias de pensamento. E não branqueamos nenhum regime opressivo, nem absolvemos o regime chinês de exploração, censura e ditadura. Não obstante, há pontes importantes nas lutas contra a austeridade que devem ser reforçadas.

4.4- O Essencial

O T.O. é a barreira entre os que são submissos à ditadura da finança e os que colocam as pessoas no centro da política. Mas não esgota o programa de governação com que a esquerda anticapitalista deve abordar as eleições legislativas.

O BE construirá um programa alternativo de governo que dê resposta às necessidades populares e altere a relação de forças. O caminho é claro:

- a) Desvinculação imediata do T.O.;
- b) Reestruturação da dívida pública rejeitando a dívida ilegítima, nacionalização do setor bancário para uma política de defesa da economia e criação de emprego e desobediência à austeridade europeia;
- c) Nacionalização dos bens comuns privatizados, garantindo o poder público dos setores estratégicos contra a globalização e o combate às rendas parasitárias, criando uma economia para o pleno emprego com direitos;
- d) Reforma fiscal que tribute o capital e que seja um fator de redistribuição de riqueza, baixando os impostos sobre quem vive do seu trabalho;
- e) Defesa da água pública, dos serviços públicos de saúde, educação e proteção social.
- f) Legislação laboral que aumente os níveis salariais e o emprego com direitos;
- g) Criminalização do enriquecimento ilícito de altos cargos do Estado, combate efetivo à corrupção e aos conflitos de interesse, garantindo que os interesses públicos deixem de ser reféns de interesses privados;
- h) Saída de Portugal da NATO, lutando pelo fim dos blocos militares para uma política de paz e democracia.

4.5- Novo modelo de desenvolvimento: ecossocialismo ou barbárie

O ataque desenfreado aos recursos naturais e a consequente destruição ambiental são condições da existência do capitalismo. Por causa dessa voragem, a crise ecológica afeta a vida de uma larga maioria da população e coloca em risco ecossistemas completos.

Em Portugal, as garras do capital afiaram-se para a privatização do mar e a facilitação para a apropriação privada dos recursos naturais. O novo impulso para a extração mineira e o prenúncio da introdução do *fracking* são provas de um país a saque.

Rejeitamos este caminho, exigindo um planeamento urbanístico livre dos interesses especuladores e a reconversão de todo o modelo produtivo, combatendo o desperdício e orientando-o para a reutilização de bens, com primazia à utilização de energia renovável.

É preciso também defender e reforçar os direitos dos animais, desenvolvendo um novo conceito jurídico e criando uma sociedade para o séc. XXI onde o sofrimento animal não seja entretenimento e o abandono e os maus tratos não sejam tolerados.

4.6- Democratizar e organizar para crescer

O BE tem de dar novos passos para mais democracia interna, garantindo direitos iguais a todos os aderentes e que o BE nunca fique refém de tendências ou correntes.

Têm permanecido práticas dirigistas e centralizadoras, tal como um défice de envolvimento dos aderentes. Muitas vezes sabe-se mais pelos jornais do que pelo BE. É inaceitável, é preciso respeito pelos aderentes e pelos órgãos locais.

A experiência de coordenação com dois rostos, um modelo possível entre outros, não provou na aceitação popular. Parece ser mais adequado seguir referências como o Syriza ou o PEE. Apresentaremos o modelo de uma pessoa na coordenação, sendo indicado para esta tarefa o primeiro nome da lista à MN.

Na II Conf. Nac. de Organização fizemos avanços nos quais nos empenharemos. Mas, é preciso ir mais além na nossa construção democrática:

- a) **Proporcionalidade na Comissão Política:** Deve ser respeitada na composição da CP a proporcionalidade dos resultados de cada Moção na Convenção.
- b) **Paridade a 50% nas listas à MN e CP:** Defenderemos a obrigatoriedade de paridade total na MN e CP.
- c) **Recuperação do espaço jovem do BE:** Potenciar a participação dos jovens no BE eliminando a segregação entre estudantes e não estudantes, fomentando o seu envolvimento nas estruturas e impulsionando a sua criatividade e sentido crítico.
- d) **Mais força às Assembleias Distritais de Aderentes:** Direito de recurso das Assembleias Distritais da decisão da MN sobre as listas de candidatos às eleições legislativas.
- e) **Mais força aos aderentes:** Todas as Assembleias devem poder ser convocadas por 10% dos aderentes, com um mínimo de 15 aderentes.
- f) **Referendos internos:** A MN terá poder para convocar referendos internos. Esse direito também é dos aderentes, quando representem pelo menos 10% do universo total de aderentes. Até que seja realizada a atualização de cadernos, 500 aderentes têm poder para convocar referendos internos.
- g) **Referendo para a definição do apoio nas presidenciais:** Todos os aderentes devem ser chamados a opinar sobre o apoio partidário nas presidenciais.

- h) **Atualização periódica dos cadernos eleitorais:** A cada 5 anos será realizada uma atualização dos cadernos, procedendo ao contacto de aderentes que se tenham afastado, tentando recuperar laços e revogando o vínculo daqueles que assim o desejem.
- i) **Mais informação:** Serão realizadas e disponibilizadas aos e às aderentes minutas das reuniões da CP. A MN deve realizar reuniões por todo o BE para discussão dos documentos aprovados em cada reunião.
- j) **Mais envolvimento:** criaremos mecanismos de troca de informação entre a ação parlamentar, autárquica e setorial do BE, potenciando a ação em cada um destes espaços e o envolvimento dos e das aderentes.